

AS TÉCNICAS DE GOVERNO CONTEMPORÂNEAS E AS PRÁTICAS PSICOLÓGICAS: O CASO DA UTOPIA WALDEN II

Arthur Arruda Leal Ferreira*;

Fernando Machado**;

Gabriel Gouveia Monteiro**;

Karina Padilha***;

Míriam Starosky**;

Nira Kauffman**.

Resumo: Este trabalho é uma reflexão que parte da história da psicologia e discute as práticas de governo nela presentes. Para isto será utilizado o conceito foucaultiano de governo como “forma de condução da conduta dos homens”. A psicologia é vista fora da definição tradicional de “ciência do indivíduo”, mas como um conjunto de técnicas de inscrição e de práticas vinculadas a dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada. O entendimento da psicologia como arte de governo permite uma melhor compreensão do texto Walden II de Skinner, que aborda o desenvolvimento de uma técnica de governo científica. Examinaremos o conceito de governamentalidade, com uma breve genealogia das formas de governo. Partindo para a análise da relação de algumas práticas de governo liberal com a psicologia, concluindo com um exame mais detido do caso Walden II.

Palavras-chave: genealogia do governo, práticas psicológicas, utopia skinneriana

* **Arthur Arruda Leal Ferreira** Doutor em Psicologia Clínica pela PUC-SP. Professor Adjunto do Instituto de Psicologia da UFRJ e dos Programas de pós-graduação em Saúde Coletiva (IESC) e Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS). Pesquisador financiado pela FAPERJ, CNPq e FUJB.

** **Fernando Machado; Gabriel Gouveia Monteiro; Miriam Starosky; Nira Kauffman** Estagiários da Pesquisa

*** **Karina Padilha** Bolsista de IC (PIBIC-UFRJ)

Abstract: This work is a reflection that uses the history of psychology to discuss the governmental practices within it. For that, it will be used the Foucault concept of govern, considered as a way of "human conduct conducting". At the same time, psychology is seen, not as a science of individuals, but as a collection of inscription techniques and practices joint to contemporary devices to private life management. This understanding allows the subtle comprehension of a book as Skinner's *Walden II*, which suggests the development of a specific governmental technique. It will be examined in this article at first the Foucault concept of govern, with a brief genealogy of the govern forms. Later will be seen the relations between liberal govern and psychology, concluding with a more detailed exam of *Walden II* case.

Keywords: government genealogy, psychological practice, Skinner's Utopia

Introdução

Este trabalho é uma reflexão a partir da história sobre a atualidade da psicologia, notadamente sobre as práticas específicas de governo nela presentes. Contudo, esta possibilidade aponta para uma questão: o que a psicologia (ciência tradicionalmente do indivíduo, da vida privada e da nossa subjetividade) teria a ver com o tema do governo?

Em primeiro lugar, o conceito de governo ou de práticas de governo considerado aqui parte de um quadrante muito distinto da filosofia política tradicional. Não vai se considerar o governo a partir de uma tentativa de justificar ou legitimar os dispositivos de poder soberano do Estado e não remeteria às práticas cotidianas da administração pública.

O conceito de governo em questão proviria da "genealogia do Estado moderno", empreendida por Michel Foucault no final dos anos 1970¹, e retrabalhada por autores como Michel Senellart (2006a) e Nikolas Rose (1998). Neste aspecto, governo é entendido como uma arte, ou "a maneira meditada de fazer o melhor governo e também ... sobre a melhor

¹ Foucault não escreveu nenhum livro especificamente sobre o tema; apenas algumas conferências e dois cursos no Collège de France: *Segurança, território e população* (2006) e *O Nascimento da Biopolítica* (2007), atualmente compilados.

forma possível de governar” (Foucault, 2007: 17). Para evitar a confusão com outros possíveis conceitos de governo, Foucault usa o termo *governamentalidade*, enquanto “maneira de condução da conduta dos homens” (op. cit: 208). Seriam formas de gestão da vida de todos e de cada um; “Omne et singulatim” (Foucault, 1996).

Em segundo lugar, a psicologia é vista fora de sua definição tradicional, como “ciência do indivíduo”, que lidaria com um domínio privado avesso às estratégias de governo, mas como um conjunto de técnicas de inscrição e de práticas encaixadas em dispositivos contemporâneos de gestão da vida privada.

Este entendimento da psicologia no conjunto das artes de governo (ou na governamentalidade), permite uma compreensão mais fina do texto Walden II de Skinner; este não seria um desvio utópico. O texto skinneriano e os dispositivos comunitários que inspira são o desenvolvimento mais radical de uma técnica de governo específica, que num certo plano se destaca e se sobrepõe ao próprio Estado.

Examinaremos inicialmente o conceito de governamentalidade, seguindo com uma breve genealogia das formas de governo. Na seqüência, serão vistas a relação de algumas práticas de governo com a psicologia, concluindo com um exame mais detido do caso Walden II que pode ser considerado uma metafísica das formas de governo psi.

Uma breve genealogia do governo

O surgimento do tema do governo (ou governamentalidade) nos trabalhos de Foucault refere-se a um deslocamento conceitual dentro do seu projeto genealógico delineado ao longo dos anos 1970. Este teria como meta o entendimento das transformações nas formas de saber a partir de mudanças nas relações de poder. As formas de poder são produtivas: de saberes e corpos saudáveis.

Nesta analítica, Foucault configura algumas formas específicas de poder que encarnam estas características: a disciplina e a biopolítica. A primeira, surgida no século XVII em algumas instituições fechadas como escolas, casernas e hospitais, atuaria individualizando e singularizando corpos através de técnicas de exame. A segunda, surgida em meados do século XVIII, atuaria numa escala maior, singularizando grandes populações através de exames coletivos. Ambas constituiriam uma forma específica de poder, o

biopoder em oposição ao poder tradicional, calcado nas leis e na ordem do Estado, o soberano (conferir Foucault, 1976).

No entanto, no final da década de 1970 a analítica do poder cedeu ao tema do governo, entendido como “condução da conduta”. Sendo assim, quais seriam as principais formas de governamentalidade presentes na nossa história?

Como condição das formas de governamentalidade contemporâneas, Foucault delinea o *poder pastoral*, demarcado em práticas de governo destacadas no Antigo Testamento e no Cristianismo Primitivo. Esse dispositivo pastor-rebanho com características como o papel do pastor em conduzir o rebanho e garantir a salvação de cada ovelha, seria condição crucial nas formas de governo dos Estados Modernos dado seu aspecto coletivizante e individualizante.

Apesar da criação dos Estados contemporâneos no século XIII, a governamentalidade contemporânea se cristaliza entre nós apenas a partir do século XVI como *Racionalidade de Estado*. Esta seria a doutrina repartida entre uma *Razão de Estado*, que buscava determinar as necessidades do Estado na relação com os demais, e a *Polícia*, enquanto conjunto de objetivos, objetos e instrumentos internos do Estado a fim de controlar homens e riquezas. Antes da Racionalidade Governamental, existia o que Foucault chama de Arte de Governar Soberana, tendo como um de seus principais representantes Maquiavel, e sendo baseada no reforço de poder do príncipe, expresso na proteção apenas da extensão territorial.

A razão de governo se encontra ainda entrelaçada com a soberania, o que é desfeito com a explosão demográfica da população do século XVII na Europa. Com isso, a família deixa de ser modelo de governo e torna-se instrumento de intervenção; a população transforma-se em alvo e instrumento para o governo; e a economia torna-se um modo racional de intervenção e controle (Foucault, 2006, quarta aula).

Quanto aos modos de governo liberais, estes surgiriam a partir do século XVIII. E não necessariamente imbricados nas práticas de governo estatais, mas justamente pondo estas em questão, seja em nome do mercado ou ainda da sociedade civil. Contudo, ao longo do tempo este processo é invertido: o mercado, por exemplo, não seria apenas um instrumento crítico do governo, mas a própria racionalidade deste, que regularia outros domínios, como a família, a natalidade, a delinquência e a política penal (Foucault, 1997:

96). Inaugura-se aqui um governo embasado no acompanhamento do movimento das populações enquanto processos naturais. Essa naturalidade, portanto, seria acessível à ação concreta do governo, um governo que produz efeitos benéficos através do desejo coletivo e a partir da possibilidade do desenvolvimento de saberes sobre a população.

É nos marcos de um liberalismo que a ciência econômica passaria a ter um papel preponderante, especialmente através dos fisiocratas. Mas, além da economia, saberes como a higiene pública e a medicina social trazem a questão da população e do saber sobre ela como técnica indispensável ao bom governo. Esta atuação já não se trata de uma regulamentação, a intervenção estatal artificial pode tornar-se até prejudicial na medida em que a natureza dos processos sociais se regula por si mesma. Assim, a liberdade não é tomada mais como simples direito dos indivíduos, mas como condição para se governar. A liberdade aqui, não é tanto ideologia, mas técnica de governo. E é nesta necessidade de delinear técnicas de governo que conciliem o conhecimento científico da população com o respeito a sua liberdade enquanto processo natural que a psicologia se apresenta como um componente essencial, conhecedora dos cidadãos.

Formas de Governo e a Psicologia

Sobre esta articulação entre os modos de governo liberal e o surgimento dos saberes psicológicos, um trabalho se destaca, o de Rose (1998). Para este, a história dos saberes psi está ligada à história do governo de uma dupla maneira: 1) através das técnicas de inscrição que permitiram que as subjetividades se tornassem inscriteis às técnicas de governo; e 2) através da constituição de políticas múltiplas que visam conduzir a conduta de indivíduos, não somente através do controle, da disciplina e da norma, mas principalmente através da liberdade e da atividade destes, instigando-os a se tornarem mais inteligentes, empreendedores, dóceis, produtivos, e dotados de auto-estima.

Um exemplo do primeiro aspecto vem da psicologia social norte-americana, notadamente do tema da pesquisa sobre as atitudes (op. cit: capítulo 6). Esta emergiria como ponto de ligação entre o mundo interno do psiquismo e o mundo externo da conduta, concebendo uma inteligibilidade e previsibilidade à conduta do indivíduo. Neste sentido, as concepções clássicas de massa e multidão dão lugar à de público, que através de pesquisas de opinião permitiu que números e gráficos representassem a opinião pública. Neste caso,

podendo ser utilizados então como estratégias em qualquer espaço em que os indivíduos fossem governados “por consentimento”.

Quanto ao segundo sentido, Rose supõe de início que a psicologia só é possível em sociedades liberais e democráticas porque são estas que articulam o direito da liberdade com um controle operado em torno das nossas supostas naturezas. Governar cidadãos neste contexto não significa governá-los apesar de suas liberdades e escolhas e sim através destas. O governo dos outros sempre esteve ligado a certo modo no qual indivíduos “livres” são levados a governar a si mesmos como sujeitos simultaneamente de liberdade e responsabilidade.

A psicologia encontra lugar em tais regimes, pois os indivíduos devem ser governados não de forma autoritária, mas com base em julgamentos que visam objetividade, neutralidade e efetividade, estando de acordo com os ideais de liberdade, igualdade e poder legitimado. A orientação dos indivíduos é objeto dos “especialistas da subjetividade” que transpõem as questões da vida em questões técnicas com o objetivo de aumentar a “qualidade de vida”.

Neste mesmo sentido é possível destacar a cultura empresarial difundida já no fim dos anos 1980 (op. cit: capítulo 7). O empreendedorismo apresenta-se como um controle “ético”, pois nas diversas organizações os trabalhadores não se empenhariam mais pela obrigação ou ameaça, mas buscando sua própria realização profissional e seu sucesso, o indivíduo torna-se um empreendimento. Na construção de conhecimentos e técnicas, os saberes psicológicos estariam conjugando o auto-governo com os objetivos das autoridades através da busca da auto-realização dos indivíduos, notadamente por intermédio do investimento em seus “estilos de vida”.

É no contexto dessas práticas de auto-governo que a psicologia está inserida. No século XIX a psicologia consagrou o indivíduo normal e disciplinado. Hoje os psicólogos desenvolvem complexas técnicas emocionais e terapêuticas pelas quais as práticas da vida cotidiana podem ser organizadas de acordo com a ética de uma individualidade autônoma autêntica e supostamente mais verdadeira. Nesta encruzilhada entre as nossas determinações mais arraigadas e o seu bom uso através da nossa liberdade que os saberes e práticas psi puderam fazer a sua morada, forjando as nossas individualidades.

A metafísica do governo psi: Walden II

Contudo, além dos exemplos destacados por Rose, existe um caso especial de governamentalidade psi que pode ser buscado no behaviorismo radical de Skinner, condensado na sua utopia literária Walden II, inspiradora de práticas efetivas como a comunidade Los Horcones (2007) no México. De forma mais específica, delineia-se aqui a proposta de uma comunidade retirada, tendo seu funcionamento baseado nas técnicas de condicionamento operante.

Em Walden II os princípios que norteiam o governo seriam maleáveis, de acordo com a experiência, numa busca científica por uma melhor gestão. Seu utópico governo seria composto de administradores e planejadores. Os administradores seriam especialistas que cuidam dos serviços da comunidade. Os Planejadores, estabeleceriam a política, revisando o trabalho dos administradores e tendo ainda algumas funções judiciais. Desta forma, a preocupação com a política está nas mãos de poucos para garantir o interesse da comunidade como um todo.

Trata-se, portanto, de uma tecnocracia radicalizada, um governo de engenharia comportamental que prescindiria da política. Nessa perspectiva, não é a comunidade quem governa, o que para Skinner seria um despotismo da ignorância e do acidente. Supõe-se que a democracia, assim como qualquer modo de política, não seria um modo útil de governo.

Contudo, isto não implica numa ruptura com o Estado, pois, como salientado os Planejadores estariam atentos à situação política do país, indicando inclusive as escolhas eleitorais para os membros da comunidade. Estes membros seriam como que habitantes de um duplo Estado: um em que seriam cidadãos com obrigações democráticas e outro em que seriam alvos de um governo tecnocrático.

De modo mais específico, a técnica do governo embasada no condicionamento operante leva em conta as condutas e inclinações dos próprios indivíduos para então poder manipulá-los e orientá-los. Um exemplo privilegiado desta situação pode ser observado na organização do trabalho, em que o valor de cada hora de um determinado trabalho varia de acordo com a procura deste. Ao invés de se trabalhar com remuneração, opera-se com um “salário-incentivo”, baseado numa carga pré-estipulada de horas, que dá acesso a todos serviços comunitários. Para Skinner, este arranjo teria um enorme efeito motivador,

adicionado à situação de trabalhar para si mesmo (não para um patrão ou em busca de lucro), gerando uma mão-de-obra excepcionalmente eficiente e engajada no trabalho.

Nesta comunidade, os objetivos do governo parecem ser os mesmos das demais práticas psicológicas destacadas por Rose (1998): as pessoas aqui seriam induzidas a produzir, gerar bem-estar e serem auto-reguladas. Neste último aspecto, a proposta de Skinner é especial, pois na educação dos membros destas comunidades, estes receberiam, um treinamento especial para a tolerância à frustração. Nessa perspectiva, mesmo as emoções seriam controladas segundo sua utilidade.

Contudo, este governo pelo auto-controle e pela liberdade teria uma peculiaridade nesta abordagem: a posição de Skinner (1972) sobre o tema. Quando questionado acerca da tradicional oposição entre determinismo e livre-arbítrio, o autor sugere que nossa conduta é constantemente modulada por contingências ambientais e que a liberdade nada mais seria do que um sentimento ilusório ao nos livrarmos de condições aversivas. O que o seria desnecessário em um esquema em os indivíduos se houvessem apenas com contingências não aversivas. Haveria aqui controle, ainda que este não viesse a se manifestar junto com qualquer forma de sentimento de coerção. A engenharia comportamental de Walden II provoca que seus membros façam o que desejam fazer, mas é cuidado para que eles queiram fazer precisamente as coisas que seriam previamente consideradas melhores para eles e para a comunidade.

O que se pode ver é que as estratégias propostas em Walden II são mais contemporâneas que imaginamos; mesmo pondo o conceito de liberdade em suspeita, Skinner sugere uma forma de auto-governo ou auto-gestão a ser buscada. Auto-gestão que vai mais além do governo dócil a partir de contingências positivas, moldadas a partir de inclinações dos indivíduos. No caso, há claramente a proposta de um controle de si mesmo, o qual poderia ser cientificamente construído, notadamente através de operantes verbais. Neste caso, o que poderia ser uma exceção, na recusa ao conceito de liberdade, na verdade confirma uma regra: a par da posição doutrinária de Skinner, as técnicas de governo psicológicos operam com produzir indivíduos não coagidos e constrangidos e que devem submeter-se a formas de controle ou auto-controle em prol do equilíbrio de si e de sua comunidade. A única novidade fica por conta da proposição de um modo de governo destacado do das formas tradicionais de Estado. Que governo seria este e o que ele teria de

absolutamente novo? Quais seriam as suas relações com os Estados soberanos? Seriam de conflito ou de apoio? Este será o tema de futuras investigações, especialmente junto a comunidade de Los Horcones.

Conclusão

Vemos então, nesse caso, um exemplo da Psicologia inserida em técnicas explícitas de governo. Nesse caso ela tende a operar com os indivíduos em um processo de auto-controle em prol do equilíbrio, traduzido na valorização da responsabilidade e da prudência, como aponta Rose (1998). Seguindo este caminho, torna-se necessário investigar se as demais técnicas de intervenção psicológicas se encaixam nesta forma liberal de gestão e de que forma. Ou ainda se são possíveis outras formas de governo e gestão psicológica produzindo-se, mesmo que em alguns casos, formas contrárias ao modo de gestão liberal, operando no sentido em que Foucault chama de contra-condutas. É nesta possibilidade de encontrar no campo psicológico alternativas de combate às formas de gestão liberal que este trabalho se insere.

VI) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FOUCAULT, Michel. Omnes et singulatim. In: MOREY, M. (Org). Tecnologias del yo. Paidós/ICE –Barcelona, UAB, 1996.
- _____. Seguridad, territorio, población. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2006.
- _____. Nacimiento de la biopolítica. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2007.
- LOS HORCONES. <http://loshorcones.org/> Acessado em 18 de abril de 2008.
- ROSE, Nikolas. Inventing our selves. Cambridge, Cambridge University Press, 1998
- SENELLART, M. As artes de governar. São Paulo, Editora 34, 2006a.
- SKINNER, B.F. Walden II: uma sociedade do futuro. 2ª ed. São Paulo, EPU, 1978.
- _____. O mito da liberdade. Rio de Janeiro, Bloch, 1972.